



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024/SEASTER  
PAE nº 2024/308651

## RESUMO



### PROMOTOR

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

CNPJ nº 08.995.816/0001-04



### OBJETO

Aquisição de Eletrodomésticos através de execução de Pleito Parlamentar, conforme o Termo de Referência (Anexo I do Edital)



### MÉTODO DE DISPUTA

- Aberto
- Aberto e fechado
- Fechado e aberto



### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- Menor preço
- Maior desconto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA



#### ENTREGA

*Forma* Em parcela única.

*Prazo* **30 dias corridos** após a emissão da nota de empenho.

*Local* Avenida Governador José Malcher, n. 1018, Bairro Nazaré. Belém-Pará. CEP: 66.055-260.

#### VALOR TOTAL

**R\$ 481.567,50**



#### REAJUSTE

NÃO TERÁ REAJUSTE

#### PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



#### ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

*Data* 24/05/2024.

*Hora* 14:00.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER, CNPJ nº 08.995.816/0001-04**, com sede na Avenida Governador José Malcher, n. 1018, Bairro Nazaré. Belém-Pará. CEP: 66.055-260, neste ato representado pelo Sr. **Inocencio Renato Gasparim**, Secretário de Estado.

### CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Decreto Estadual nº 3.037/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

Objeto

**3.1** O objeto desta licitação é a **aquisição de Eletrodomésticos** através de execução de Pleito Parlamentar, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário-rio Estimado**	Total**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

1	Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 12.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04 3 com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196464-4	UND	24	R\$ 2.206,69	R\$ 52.960,44
2	Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 18.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196570-0	UND	54	R\$ 3.087,39	R\$ 166.719,06
3	Obs: Cota reserva item 02 Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 18.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196570-0	UND	04	R\$ 3.087,39	12.349,56
4	Ferro de passar roupa metálico, a seco, 127V, potência acima de 900W, material plástico, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	231058-0	UND	14	R\$ 147,67	R\$ 2.067,31
5	Forno elétrico; Voltagem: 127 volts; Dimensões mín.: 50 x 68 x 48 cm. Peso: 13,5 kg. Cap. Mín. De 50L, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	217640-8	UND	6	R\$ 494,25	R\$ 2.965,52
6	Ventilador de coluna, bifásico com, Material plástico. com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	216746-8	UND	18	R\$ 329,08	R\$ 5.923,35



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>7</b>	Depurador de ar de parede, em aço, com 6 bocas 80cm, 110v, filtro metálico, com máscara captadora de ar que elimina a fumaça. Capacidade de sucção: 280 (m3/h) (IEC), vazão livre: 390(m3/h), filtro de carvão ativado e filtro metálico lavável, 3 velocidades. Dimensões: altura 14 cm, largura de 81 cm, profundidade de 49,5 cm. com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	212699-0	UND	7	R\$ 480,31	R\$ 5.923,35
<b>8</b>	Espremedor de frutas, turbo, cap. 1L, bivolt, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	222117-9		12	R\$ 260,77	R\$ 3.129,24
<b>9</b>	Cafeteira elétrica prepara até 2L de café, com filtro permanente e porta-filtro removível, com sistema corta-pingos e base com aquecimento para conservar a temperatura do café por mais tempo, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	213805-0	UND	12	R\$ 269,73	R\$ 3.236,80
<b>10</b>	Freezer Horizontal 437 L a 534 L, 2 tampas, 220 volts, branco, com classificação energética "A". com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	203503-0	UND	12	R\$ 3.440,18	R\$ 41.282,10
<b>11</b>	Forno micro-ondas com capacidade de 30 a 32 litros, painel eletrônico de fácil manuseio, prato giratório, relógio, trava de segurança e 127 volts, potência aproximada de 820w, possuindo classificação energética A. Com garantia mínima do fabricante de 12 meses (um ano).	224225-7	UND	24	R\$ 646,45	R\$ 15.514,86



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>12</b>	Fogão industrial 6 bocas, duplas 40x40 P8, aço inox e forno. Fogão industrial de baixa pressão á gás GLP, mesa, grelhas em ferro fundido 40x40 6 queimadores duplos, 170 mm em ferro fundido, estrutura em aço galvanizado, com as medidas do fogão montado: altura de 84 cm, largura de 149 cm e profundidade de 112 cm. Medidas interna do forno: 59 cm com capacidade de 92 litros, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	205764-6	UND	7	R\$ 3.486,53	R\$ 24.405,69
<b>13</b>	Máquina de lavar e secar roupas, lava e seca, 13kg, 110v. Dimensões: 60 x 65 x 85 cm. 68 quilogramas. Tipo de material: aço inox, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	231054-6	UND	12	R\$ 4.891,29	R\$ 58.695,42
<b>14</b>	Aspirador de pó e água 1400 w 140mbar compacto e robusto com soprador 127v, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	215221-5	UND	14	R\$ 327,71	R\$ 4.587,99
<b>15</b>	Bebedouro Refrigerado Garrafão; Tipo Coluna; suporta galões até 20 litros; Pintura Externa: Branca; Refrigeração por compressor com gás ecológico; A temperatura da água gelada do bebedouro chega a 10 graus; Eficiência Energética Nível A; Possui grande capacidade de gelar água, cerca de 3,5 litros 18 de água a cada 20 minutos; Baixo ruído; Baixo consumo de energia; Água gelada ou Duas torneiras super-resistentes, uma para água natural e outra para água gelada; Faz passagem direta da água para o bebedouro, evitando o contato externo; Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza. Garantia 1 Ano; Voltagem 127v; Potência 130w, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	224616-3	UND	36	R\$ 650,77	R\$ 23.427,81



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>16</b>	Geladeira Frost Free Duplex capacidade mínima; entre 340 e 380 litros; alimentação 127volts, prateleiras em vidro removíveis; congelamento rápido termostato de controle de temperatura, iluminação interna; pés estabilizadores; conter gás que não agrida a camada de ozônio, selo de classificação energética 'A', selo aprovação do in metro, garantia mínima do fabricante de 12 meses (um ano).	226132-4	UND	18	R\$ 2.906,72	R\$ 52.320,96
<b>17</b>	Purificador de água gelada fria e natural, elétrico, compacto, com painel touch, bivolt, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	226924-4	UND	12	R\$ 621,12	R\$ 7.453,44
<b>18</b>	Umidificador 4.8L, bivolt. Capacidade 4,8 litros. Dimensões do produto: 23 x 20,5 x 30,5 centímetros, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	231057-0	UND	3	R\$ 199,03	R\$ 597,09
<b>19</b>	Exaustor/ventilador; Peso: 5,14kg; Voltagem: 220 volts; Dimensões: 50 x 20 x 50 cm, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	205694-1	UND	2	R\$ 284,51	R\$ 569,01

**3.3** A licitação observará o seguinte:

- Item único;**
- Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

## **CLÁUSULA 4**

---

Condições para participar da licitação

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Para os itens **01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19** a participação é **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

**4.6.** O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**4.7.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.8** Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.9** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.10** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.11** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.12** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**4.13** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

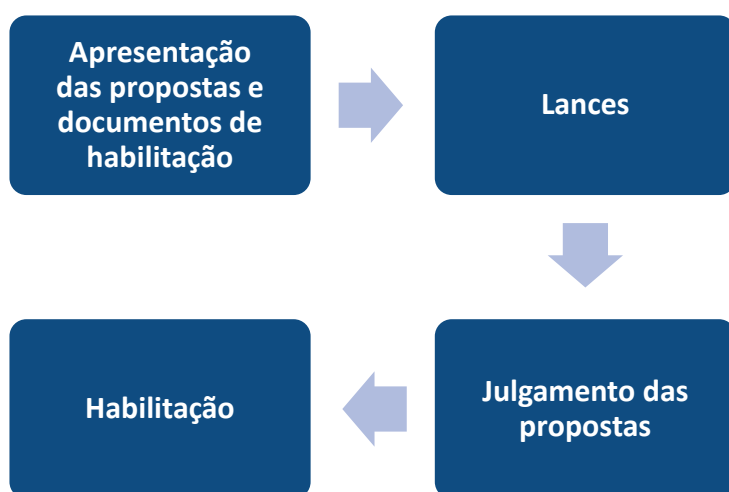
**4.14** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.15** A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CLÁUSULA 5**

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:



**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **CLÁUSULA 6**

---

Preenchimento da proposta

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a.  valor do item.
- (percentual) desconto.
- b. Marca.
- c. Fabricante.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7** Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **CLÁUSULA 7**

---



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

---

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e OS LICITANTES.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

**7.9.1.** *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item disputado, em consonância com o critério de julgamento de **Menor Preço**.*

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 1,00 (um real)** sobre o preço total do **item**.

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Modo de  
Disputa

Regras

- a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
- c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**Aberto**

- d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

**Aberto e fechado**

- a. No modo de disputa **aberto e fechado**, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será *sigiloso* até o encerramento do prazo de 5 minutos.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.
- e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

a. No modo de disputa **fechado e aberto**, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela.

b. Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

c. Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea a, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

d. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública.

e. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

f. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

g. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**Fechado e aberto**





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- h.** Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a **ordem crescente de valores**.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

**Disputa final**

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**Avaliação do desempenho contratual prévio**

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

**Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**

Conforme regulamento.

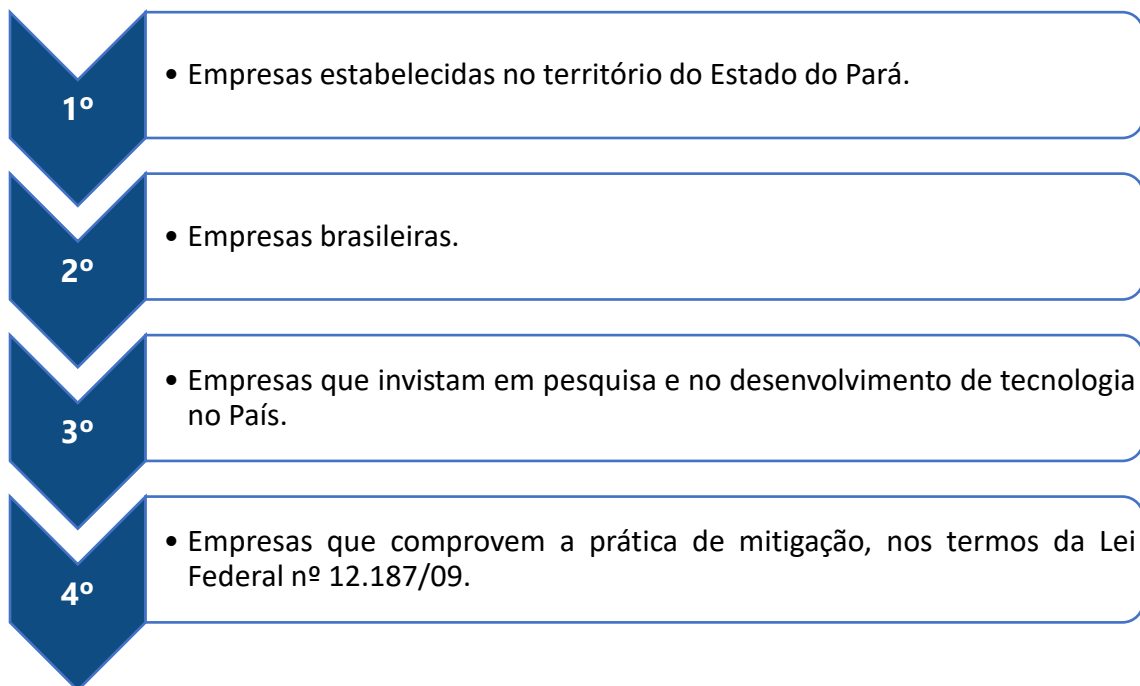
**Desenvolvimento de programa de integridade**

Conforme orientações dos órgãos de controle.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**7.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



**7.25** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.26** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.27** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.28** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.29** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.30** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**7.31** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

---

### Julgamento das propostas

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.11** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.13.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **CLÁUSULA 9**

---

### Habilitação

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.12** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.12.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.13** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.14** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [no mínimo, 2 horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.15** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.16** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**9.17** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.20** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **CLÁUSULA 10**

---

Adjudicação e homologação

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11**

---

Recursos

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidir-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Compras-Pará.

## **CLÁUSULA 12**

Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	<b>Multa</b>
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;

e

**Impedimento de licitar  
e contratar\***

b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. Deixar de apresentar amostra;
5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

## **CLÁUSULA 13**

---

Impugnação ao edital

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: **cpl.seaster@gmail.com**

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no **Dec Estadual nº 2.940, de 2023**.

## **CLÁUSULA 14**

---

Disposições finais

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**14.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**14.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 09 de maio de 2024.

Inocencio Renato Gasparim  
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
PAE nº 2024/242840

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário-rio Estimado**	Total**
1	Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 12.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04 com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196464-4	UND	24	R\$ 2.206,69	R\$ 52.960,44
2	Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 18.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196570-0	UND	54	R\$ 3.087,39	R\$ 166.719,06
3	Obs: Cota reserva item 02 Ar condicionado Split, branca, hi-wall, capacidade 18.000 BTUS/hno ciclo frio, 220V/2F, Classificação energética "A". Gás refrigerante ecológico R-410A. 04, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	196570-0	UND	04	R\$ 3.087,39	12.349,56
4	Ferro de passar roupa metálico, a seco, 127V, potência acima de 900W, material plástico, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	231058-0	UND	14	R\$ 147,67	R\$ 2.067,31
5	Forno elétrico; Voltagem: 127 volts; Dimensões mín.: 50 x 68 x 48 cm. Peso: 13,5 kg. Cap. Mín. de 50L, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	217640-8	UND	6	R\$ 494,25	R\$ 2.965,52



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

6	Ventilador de coluna, bifásico com, Material plástico. com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	216746-8	UND	18	R\$ 329,08	R\$ 5.923,35
7	Depurador de ar de parede, em aço, com 6 bocas 80cm, 110v, filtro metálico, com máscara captadora de ar que elimina a fumaça. Capacidade de sucção: 280 (m3/h) (IEC), vazão livre: 390(m3/h), filtro de carvão ativado e filtro metálico lavável, 3 velocidades. Dimensões: altura 14 cm, largura de 81 cm, profundidade de 49,5 cm. com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	212699-0	UND	7	R\$ 480,31	R\$ 3.362,15
8	Espremedor de frutas, turbo, cap. 1L, bivolt, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	222117-9		12	R\$ 260,77	R\$ 3.129,24
9	Cafeteira elétrica prepara até 2L de café, com filtro permanente e porta-filtro removível, com sistema corta-pingos e base com aquecimento para conservar a temperatura do café por mais tempo, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	213805-0	UND	12	R\$ 269,73	R\$ 3.236,80
10	Freezer Horizontal 437 L a 534 L, 2 tampas, 220 volts, branco, com classificação energética "A". com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	203503-0	UND	12	R\$ 3.440,18	R\$ 41.282,10
11	Forno micro-ondas com capacidade de 30 a 32 litros, painel eletrônico de fácil manuseio, prato giratório, relógio, trava de segurança e 127 volts, potência aproximada de 820w, possuindo classificação energética A. Com garantia mínima do fabricante de 12 meses (um ano).	224225-7	UND	24	R\$ 646,45	R\$ 15.514,86





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>12</b>	Fogão industrial 6 bocas, duplas 40x40 P8, aço inox e forno. Fogão industrial de baixa pressão á gás GLP, mesa, grelhas em ferro fundido 40x40 6 queimadores duplos, 170 mm em ferro fundido, estrutura em aço galvanizado, com as medidas do fogão montado: altura de 84 cm, largura de 149 cm e profundidade de 112 cm. Medidas interna do forno: 59 cm com capacidade de 92 litros, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	205764-6	UND	7	R\$ 3.486,53	R\$ 24.405,69
<b>13</b>	Máquina de lavar e secar roupas, lava e seca, 13kg, 110v. Dimensões: 60 x 65 x 85 cm. 68 quilogramas. Tipo de material: aço inox, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	231054-6	UND	12	R\$ 4.891,29	R\$ 58.695,42
<b>14</b>	Aspirador de pó e água 1400 w 140mbar compacto e robusto com soprador 127v, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	215221-5	UND	14	R\$ 327,71	R\$ 4.587,99
<b>15</b>	Bebedouro Refrigerado Garrafão; Tipo Coluna; suporta galões até 20 litros; Pintura Externa: Branca; Refrigeração por compressor com gás ecológico; A temperatura da água gelada do bebedouro chega a 10 graus; Eficiência Energética Nível A; Possui grande capacidade de gelar água, cerca de 3,5 litros 18 de água a cada 20 minutos; Baixo ruído; Baixo consumo de energia; Água gelada ou Duas torneiras super-resistentes, uma para água natural e outra para água gelada; Faz passagem direta da água para o bebedouro, evitando o contato externo; Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza. Garantia 1 Ano; Voltagem 127v; Potência 130w, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	224616-3	UND	36	R\$ 650,77	R\$ 23.427,81



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

16	Geladeira Frost Free Duplex capacidade mínima; entre 340 e 380 litros; alimentação 127volts, prateleiras em vidro removíveis; congelamento rápido termostato de controle de temperatura, iluminação interna; pés estabilizadores; conter gás que não agrida a camada de ozônio, selo de classificação energética 'A', selo aprovação do in metro, garantia mínima do fabricante de 12 meses (um ano).	226132-4	UND	18	R\$ 2.906,72	R\$ 52.320,96
17	Purificador de água gelada fria e natural, elétrico, compacto, com painel touch, bivolt, com garantia mínima de fabricante de 12 meses.	226924-4	UND	12	R\$ 621,12	R\$ 7.453,44
18	Umidificador 4.8L, bivolt. Capacidade 4,8 litros. Dimensões do produto: 23 x 20,5 x 30,5 centímetros, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	231057-0	UND	3	R\$ 199,03	R\$ 597,09
19	Exaustor/ventilador; Peso: 5,14kg; Voltagem: 220 volts; Dimensões: 50 x 20 x 50 cm, com garantia mínima de fabricante de 12 meses	205694-1	UND	2	R\$ 284,51	R\$ 569,01
					<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO**</b>	<b>R\$ 481.567,50</b>

**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

<b>QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?</b>	Contratação de empresas para aquisição de Eletrodomésticos através de execução de Pleito Parlamentar, com objetivo de:  - Fortalecimento das Unidades de Acolhimentos da Pessoa Idosa de Belém, Nosso Lar Socorro Gabriel e Lar da Providência, e as unidades de acolhimento para mulheres Vítimas de violência Doméstica nos Municípios de: Altamira, Belém, Marabá e Santarém. Unidades públicas que têm por objetivo a oferta de serviços de proteção Social Especial de Alta Complexidade que é materializado, por meio de atendimento e o acompanhamento especializado de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados,
--------------------------------------	--



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

	<p>-Reestruturação da rede socio assistencial dos Centros de Referência Especiali- zado de Assistência Social (CREAS), unidade pública da política de Assistência Socia dos Municípios de Acará, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Bragança, Floresta do Araguaia, Irituia, Ourém, São Domingos do Capim, Santa Bárbara, Tracuateua, e Viseu, unidades públicas que visa garantir os direitos e oferta de serviços de proteção Social Especial de Média Complexidade, de famí-lias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados.</p> <p>- A aquisição visa equipar as unidades dos ELETRODOMÉSTICOS os quais irão su-pri-las e aparelhá-las, tais bens são imprescindíveis para substituir aqueles que apresentam desgaste natural e estão obsoletos, proporcionando condições paramelhor desenvolver as suas atividades favorecendo a resultados mais efetivos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Considerando que o recurso do pleito parlamentar é oriundo do Fundo Nacional: tenham o mesmo projeto básico (em comum, peças ou conjuntos essenciais à segurança) em termos de: tecnologia aplicada, características mecânicas de in-vólucro e materiais plásticos e metálicos empregados nos métodos de fixação, acabamento e isolamento;</li><li>• Distingue os modelos nas características elétricas nominais de entrada (127 V ou 220 V) e no uso de funções secundárias ou acessórias.</li></ul> <p>E o que diz a portaria nº 69, de 24 de junho de 2022, que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com re-cursos transferidos pelo Ministério da Cidadania.</p> <p>Além da legislação referente às contratações públicas, devem ser observadas normas específicas, tais como:</p> <p>Lei nº 8.742/ 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social); Portarias MDS nº 886/ 2023; n.º 121/2021; nº 124/2017; nº 2.600/2018; nº 69/2022; nº 580/ 2020; n.º 113/2015; Portaria SRI nº 105/2023; Resoluções CNAS nº 145/ 2004; nº 109/2009; Caderno de apoio técnico integrado sobre execução dos Recursos do SUAS, observando também na fase proces-sual e contratual a lei 14.133/21.</p>
--	---

**NATUREZA DO BEM**

Comum.

Especial.

**PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM**

**HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?**

Sim. **Justificativa:** Não Cabe.

Não.

**O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?**

Não.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. A contratada deverá prestar garantia dos bens indicados neste Termo de Referência.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Garantia do produto</b><ul style="list-style-type: none"><li>a) A garantia dos bens deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, de acordo com cada item, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para a SEASTER.</li><li>b) A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação englobando peças, revestimentos e serviços.</li><li>c) Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser na modalidade on-site, ou seja, prestados na unidade administrativa onde estiver o bem em Belém ou região metropolitana, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.</li><li>d) Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.</li><li>e) Todos os reparos e substituições de peças necessárias deverão ser realizados no próprio local de destinação do móvel.</li><li>f) Em casos que o defeito do produto não puder ser corrigido no local de instalação não haverá custo adicional para o CONTRATANTE com transporte e demais serviços, ainda que se faça necessária a substituição do produto.</li><li>g) Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando o licitante obrigado a substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.</li><li>h) Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais.</li><li>i) Os produtos deverão ser novos e estarem em perfeitas condições de funcionamento, sem marcas, amassados ou arranhões, quando do recebimento definitivo pela SEASTER, além de estarem identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.</li><li>j) Os produtos, ainda que entregues e recebidos, ficam sujeitos à substituição pela Contratada, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização.</li></ul></li></ul>
<b>HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, O prazo de garantia do produto não poderá ser inferior a 12 meses, contados da data de emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o bem.</p> <p>Prevista pela <b>Portaria nº 148/2022</b>, a <b>certificação eletrodomésticos</b> visa prevenir possíveis acidentes de consumo que venham ocorrer, além de proteger os consumidores em relação aos riscos elétricos, mecânicos, térmicos, fogo e radiação dos aparelhos, quando esses aparelhos forem utilizados normalmente pelos usuários e consumidores.</p>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

	<p>Dessa forma, esses são avaliados pelas normas técnicas geral e particulares <b>IEC 60335-1</b> e <b>IEC 60335-2-X</b>, a depender do tipo de aparelho elétrico.</p> <p>De acordo com o regulamento, a <b>certificação de aparelhos eletrodomésticos</b> e similares devem estar amparados por uma norma <b>particular específica IEC 60335-2-X</b>, cuja tensão nominal não seja superior a 250 V, para aparelhos monofásicos, e 480 V para outros aparelhos. Os equipamentos que possuam <b>circuitos elétricos</b> e que estejam no escopo da <b>certificação de eletrodomésticos</b>, ainda que sua função primordial seja realizada através do emprego de fonte de energia que não seja a elétrica deverão ser certificados de acordo com a sua norma particular conforme específica.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tenham o mesmo projeto básico (em comum, peças ou conjuntos essenciais à segurança) em termos de: tecnologia aplicada, características mecânicas de invólucro e materiais plásticos e metálicos empregados nos métodos de fixação, acabamento e isolamento;</li><li>• Distingue os modelos nas características elétricas nominais de entrada (127 V ou 220 V) e no uso de funções secundárias ou acessórias.</li><li>• Durante o prazo de vigência da garantia, se o bem apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a Administração Pública (SEASTER), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.</li><li>• De acordo com Termo de Referência, o contratado prestará assistência técnica dos bens adquiridos.</li><li>• A montagem dos equipamentos fica a cargo da contratante.</li></ul>
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	
<b>FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>	<p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p>
<b>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSOS?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</b>	A proposta deve observar os <b>valores unitários e global máximos</b> aceitáveis con-forme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.
<b>HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Itens: 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, com exceção o item 02.  <input type="checkbox"/> Não.
<b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b>	
<b>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.  • Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto em características compatíveis através de atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional (emitido por uma empresa privada ou por órgão governamental, a fim de atestar a qualidade do serviço prestado pelo licitante)  • Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior
<b>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</b>	<input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informa- <b>Justificativa:</b>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

	<p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. <b>Justificativa:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><b>Especificar:</b> (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p>
<b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<p><b>SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL</b></p> <p>1- É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços referente ao objeto deste Termo de Referência, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos, menor geração resíduos.</p> <p>2- A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que a consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;</p> <p>3- A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>4- A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber;</p> <p>5- Conforme dispõe o Capítulo III, Artigo 5º, Inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.</p> <p>6- Decreto Estadual nº 1.354/2015, que estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Estadual.</p>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b>	<b>Especificar:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. <ul style="list-style-type: none"><li>• Entregar os itens especificados com as características neste Termo de Referência.</li><li>• O Não cumprimento do prazo de pagamento, em caso de descumprimento do prazo de entrega.</li></ul>
<b>FORMA DE ENTREGA DO BEM</b>	
<b>COMO O BEM DEVER SER ENTREGUE?</b>	O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da Nota de Empenho. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. No prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, o objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme previsto pelo art. 140, da Lei Federal nº 14.133/21.
<b>LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM</b>	<b>Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho Emprego e Renda - SEASTER</b> , localizada na Avenida Governador José Malcher, n. 1018, Bairro Nazaré. Belém-Pará. CEP 66.055-260.  Horários de entrega: das 08:00 às 16:00 horas.





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE</b>	A presente contratação trata-se de material permanente.
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>	
<b>PRAZO DO CONTRATO</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<p><b>Meio</b>                      Crédito em conta.</p> <p>Credito em conta corrente somente no Banco do Estado do Pará (BANPARA). Em conformidade com o art.2º, do Decreto Estadual nº 877/2008.</p> <p>*O pagamento será efetuado mediante nota fiscal individual por item de acordo com cada programação mesmo sendo o mesmo objeto. Por tanto cada programação corresponde a uma conta sendo o total de 18 programações, na qual será realizado o pagamento, conforme portaria nº 69, de 24 de junho de 2022, que estabelece o rol padronizado de veículos, de equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania.</p> <p>Considerando que o recurso do pleito parlamentar é oriundo do Fundo Nacional de Assistência social, além da legislação referente às contratações públicas, devem ser observadas normas específicas, tais como:</p> <p>Lei nº 8.742/ 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social); Portarias MDS nº 886/ 2023; nº 121/2021; nº 124/2017; nº 2.600/2018; nº 69/2022; nº 580/ 2020; nº 113/2015; Portaria SRI nº 105/2023; Resoluções CNAS nº 145/ 2004; nº 109/2009; Caderno de apoio técnico integrado sobre execução dos Recursos do SUAS. Detalhamento das programações no anexo I e II deste TR.</p> <p><b>Qual o prazo?</b>                      Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p> <p><b>Prova da regularidade fiscal</b>                      A regularidade fiscal pode ser provada: <b>1.</b> Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i></p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

	<p>2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
<b>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<p><input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato. <b>Justificativa:</b> (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não há. <b>Justificativa:</b> As garantias geram custos para os licitantes que são incluídos na proposta, assim, precisam ser avaliadas com cuidado e critério tanto pelos fornecedores quanto pelos Entes e órgãos públicos contratantes.</p>
<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<p>Unidade Orçamentária: 87101 Funcional Programática: 08.244.1505.2313/08.244.1505.8860 Natureza da Despesa: 4490 52 Fonte: 02660000039-012008/02660000039- 012009/02660000039-012007/02660000039- 012013/02660000039-012012/02660000039-012011/02660000039-012010 Ação Detalhada: 284.006/283.988/294.612</p>



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

ANEXO I - A

**QUANTITATIVO DE ELETRODOMESTICOS POR PROGRAMAÇÃO UNIDADES DE ACOLHIMENTO**

UAPI LAR PROVIDÊNCIA PROGRAMAÇÃO 150000020230005		NOSSO LAR SOCORRO GABRIEL PROGRAMAÇÃO 150000020230001		UNIDADE BELÉM PROGRAMAÇÃO 150000020230004		UNIDADE SANTARÉM PROGRAMAÇÃO 150000020230006		UNIDADE MARABÁ PROGRAMAÇÃO 150000020230007		UNIDADE ALTAMIRA PROGRAMAÇÃO 150000020230003	
OBJETOS	QTD	OBJETOS	QTD	OBJETOS	QTD	OBJETOS	QTD	OBJETOS	QTD	OBJETOS	QTD
AR CONDICIONADO 18000 BTUS	17	AR CONDICIONADO 18000 BTUS	17	AR CONDICIONADO 18000 BTUS	06	AR CONDICIONADO 18000 BTUS	06	AR CONDICIONADO 18000 BTUS	06	AR CONDICIONADO 18000 BTUS	06
FERRO DE PASSAR	03	FERRO DE PASSAR	03	FERRO DE PASSAR	02	FERRO DE PASSAR	02	FERRO DE PASSAR	02	FERRO DE PASSAR	02
FORNO ELÉTRICO	01	FORNO ELÉTRICO	01	FORNO ELÉTRICO	01	FORNO ELÉTRICO	01	FORNO ELÉTRICO	01	FORNO ELÉTRICO	01
VENTILADOR DE COLUNA	03	VENTILADOR DE COLUNA	03	VENTILADOR DE COLUNA	03	VENTILADOR DE COLUNA	03	VENTILADOR DE COLUNA	03	VENTILADOR DE COLUNA	03
DEPURADOR DE AR	02	DEPURADOR DE AR	02	DEPURADOR DE AR	01	DEPURADOR DE AR	01	DEPURADOR DE AR	___	DEPURADOR DE AR	01
ESPRESSO DE FRUTA	02	ESPRESSO DE FRUTA	02	ESPRESSO DE FRUTA	02	ESPRESSO DE FRUTA	02	ESPRESSO DE FRUTA	02	ESPRESSO DE FRUTA	02
CAFETEIRA ELÉTRICA	02	CAFETEIRA ELÉTRICA	02	CAFETEIRA ELÉTRICA	02	CAFETEIRA ELÉTRICA	02	CAFETEIRA ELÉTRICA	02	CAFETEIRA ELÉTRICA	02
FREEZER 437 L A 534 L	02	FREEZER 437 L A 534 L	02	FREEZER 437 L A 534 L	02	FREEZER 437 L A 534 L	02	FREEZER 437 L A 534 L	02	FREEZER 437 L A 534 L	02
FORNO MICROONDAS	02	FORNO MICROONDAS	02	FORNO MICROONDAS	02	FORNO MICROONDAS	02	FORNO MICROONDAS	02	FORNO MICROONDAS	02
FOGÃO INDUSTRIAL	01	FOGÃO INDUSTRIAL	02	FOGÃO INDUSTRIAL	01	FOGÃO INDUSTRIAL	01	FOGÃO INDUSTRIAL	01	FOGÃO INDUSTRIAL	01
MÁQUINA DE LAVAR	02	MÁQUINA DE LAVAR	02	MÁQUINA DE LAVAR	02	MÁQUINA DE LAVAR	02	MÁQUINA DE LAVAR	02	MÁQUINA DE LAVAR	02
ASPIRADOR DE PÓ	04	ASPIRADOR DE PÓ	02	ASPIRADOR DE PÓ	02	ASPIRADOR DE PÓ	02	ASPIRADOR DE PÓ	02	ASPIRADOR DE PÓ	02
BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02
GELADEIRA FROST FREE	01	GELADEIRA FROST FREE	01	GELADEIRA FROST FREE	01	GELADEIRA FROST FREE	01	GELADEIRA FROST FREE	01	GELADEIRA FROST FREE	01
PURIFICADOR ÁGUA	02	PURIFICADOR ÁGUA	02	PURIFICADOR ÁGUA	02	PURIFICADOR ÁGUA	02	PURIFICADOR ÁGUA	02	PURIFICADOR ÁGUA	02
UMIDIFICADOR 4.8L	___	UMIDIFICADOR 4.8L	03	UMIDIFICADOR 4.8L	___	UMIDIFICADOR 4.8L	___	UMIDIFICADOR 4.8L	___	UMIDIFICADOR 4.8L	___
EXAUSTOR/VENTILADOR	___	EXAUSTOR/VENTILADOR	02	EXAUSTOR/VENTILADOR	___	EXAUSTOR/VENTILADOR	___	EXAUSTOR/VENTILADOR	___	EXAUSTOR/VENTILADOR	___



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

**QUANTITATIVO DE ELETRODOMESTICOS POR PROGRAMAÇÃO MUNICIPIOS – CREAS**

MUNICÍPIO VISEU PROGRAMAÇÃO: 150000020230008		MUNICÍPIO TRACUATEUA PROGRAMAÇÃO: 150000020230009		MUNICÍPIO OURÉM PROGRAMAÇÃO: 150000020230010		MUNICÍPIO BRAGANÇA PROGRAMAÇÃO: 150000020230011		MUNICÍPIO CONCÓRDIA DO PARÁ PROGRAMAÇÃO: 150000020230012	
OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD
AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02
GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01
FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01
BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02

MUNICÍPIO SÃO DOMINGOS DO CAPIM PROGRAMAÇÃO: 150000020230013		MUNICÍPIO ACARÁ PROGRAMAÇÃO: 150000020230014		MUNICÍPIO ITIRUIA PROGRAMAÇÃO: 150000020230015		MUNICÍPIO FLORESTA DO ARAGUAIA PROGRAMAÇÃO: 150000020230016		MUNICÍPIO SANTA BÁRBARA DO PARÁ PROGRAMAÇÃO: 150000020230017	
OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD	OBJETO	QTD
AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02
GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01	GELADEIRA	01
FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01
BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02

MUNICÍPIO CACHOEIRA DO ARARI PROGRAMAÇÃO: 150000020230018		MUNICÍPIO CAPITÃO POÇO PROGRAMAÇÃO: 150000020230019	
OBJETO	QTD	OBJETO	QTD
AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	02
GELADEIRA	01	GELADEIRA	01
FORNO MICROONDAS	01	FORNO MICROONDAS	01
BEBEDOURO	02	BEBEDOURO	02



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANEXO II  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 19/2023  
PAE nº 2024/308651

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
<b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b>	<p>Contratação de empresas para aquisição de equipamentos como: Eletroeletrônicos e eletrodomésticos com objetivo de reestruturação das Unidades de Acolhimentos da Pessoa Idosa, Nosso Lar Socorro Gabriel e Lar da Providência, também as unidades de Abrigos Para mulheres Vítimas de violência Doméstica nos Municípios de: Altamira, Belém, Marabá e Santarém. Unidades públicas que têm por objetivo a oferta de serviços de proteção Social Especial de Alta Complexidade que é materializado por meio do atendimento e o acompanhamento especializado de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados. Além do fortalecimento da rede socio assistencial, O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, nos Municípios de Acará, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Bragança, Floresta do Araguaia, Irituia, Ourém, São Domingos do Capim, Santa Bárbara, Tracuateua e Viseu. Considerando que o recurso destinado através de pleito parlamentar é oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social, além da legislação referente às contratações públicas, devem ser observadas normas específicas, tais como: Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social); Portarias MDS nº 886/2023; nº 121/2021; nº 124/2017; nº 69/2022; nº 580/2020; nº 113/2015; Portaria SRI nº 105/2023; Resoluções CNAS nº 145/2004; nº109/2009; Caderno de apoio técnico integrado sobre execução dos Recursos do SUAS. Portarias, Resoluções e publicações em anexo no processo.</p>
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
<b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Bem. <input type="checkbox"/> Serviço.
<b>QUAL A NATUREZA?</b>	<input type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input type="checkbox"/> Sem monopólio.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

	<input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.
<b>QUAL A VIGÊNCIA?</b>	30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias.
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
<b>PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.
<b>HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?</b>	Contrato nº: <input type="checkbox"/> Sim. Prazo final: <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	Aquisição Eletroeletrônicos, eletrodomésticos, com o objetivo de reestruturação Unidades de Acolhimentos da Pessoa Idosa, Nosso Lar Socorro Gabriel e Lar da Providência, , também as unidades de Abrigos Para mulheres Vítimas de violência Doméstica nos Municípios de: Altamirã, Belém, Marabá e Santarém e para a reestruturação e aparelhamento dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social ( CREAS) nos municípios de Acará, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Bragança, Floresta do Araguaia, Irituia, Ourém, São Domingos do Capim, Santa Bárbara, Tracuateua e Viseu.
<b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
<b>HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> A empresa fornecedora deverá mater quaisquer suporte e assistência técnica conforme legislação vigente <input type="checkbox"/> Não.
<b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <b>Descrever solução:</b> A empresa fornecedora deverá mater quaisquer suporte e manutenção conforme legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

<b>COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b>	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> nas programações anexadas as sequenciais 5,6 do presente processo.																																																									
<b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b>	O quantitativo dos equipamentos a serem adquiridos está presente nos espelhos das programações anexadas nas sequencias 5 e 6 do presente processo ao que se refere os itens de eletrodoméstico.																																																									
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>QTD</th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td>Ar condicionado Split 12.000 BTUS.</td><td>24</td></tr><tr><td>2</td><td>Ar condicionado Split 18.000 BTUS.</td><td>58</td></tr><tr><td>3</td><td>Aspirador de pó e água</td><td>14</td></tr><tr><td>4</td><td>Bebedouro de coluna</td><td>36</td></tr><tr><td>5</td><td>Cafeteira elétrica até 1,5L a 3L</td><td>12</td></tr><tr><td>6</td><td>Depurador/purificador de Ar.</td><td>7</td></tr><tr><td>7</td><td>Espremedor de frutas</td><td>12</td></tr><tr><td>8</td><td>Exaustor</td><td>2</td></tr><tr><td>9</td><td>Ferro de passar roupa.</td><td>14</td></tr><tr><td>10</td><td>Fogão industrial 6 bocas</td><td>7</td></tr><tr><td>11</td><td>Forno elétrico</td><td>6</td></tr><tr><td>12</td><td>Forno micro-ondas</td><td>23</td></tr><tr><td>13</td><td>Freezer 437 L a 534 L, 2 tampas</td><td>12</td></tr><tr><td>14</td><td>Geladeira Frost Free Duplex</td><td>18</td></tr><tr><td>15</td><td>Máquina de lavar e secar roupas</td><td>12</td></tr><tr><td>16</td><td>Purificador de água</td><td>12</td></tr><tr><td>17</td><td>Umidificador de ar</td><td>3</td></tr><tr><td>18</td><td>Ventilador de coluna, 110V .</td><td>18</td></tr></tbody></table>	Item	Descrição	QTD	1	Ar condicionado Split 12.000 BTUS.	24	2	Ar condicionado Split 18.000 BTUS.	58	3	Aspirador de pó e água	14	4	Bebedouro de coluna	36	5	Cafeteira elétrica até 1,5L a 3L	12	6	Depurador/purificador de Ar.	7	7	Espremedor de frutas	12	8	Exaustor	2	9	Ferro de passar roupa.	14	10	Fogão industrial 6 bocas	7	11	Forno elétrico	6	12	Forno micro-ondas	23	13	Freezer 437 L a 534 L, 2 tampas	12	14	Geladeira Frost Free Duplex	18	15	Máquina de lavar e secar roupas	12	16	Purificador de água	12	17	Umidificador de ar	3	18	Ventilador de coluna, 110V .	18
	Item	Descrição	QTD																																																							
	1	Ar condicionado Split 12.000 BTUS.	24																																																							
	2	Ar condicionado Split 18.000 BTUS.	58																																																							
	3	Aspirador de pó e água	14																																																							
	4	Bebedouro de coluna	36																																																							
	5	Cafeteira elétrica até 1,5L a 3L	12																																																							
	6	Depurador/purificador de Ar.	7																																																							
	7	Espremedor de frutas	12																																																							
	8	Exaustor	2																																																							
	9	Ferro de passar roupa.	14																																																							
	10	Fogão industrial 6 bocas	7																																																							
	11	Forno elétrico	6																																																							
	12	Forno micro-ondas	23																																																							
	13	Freezer 437 L a 534 L, 2 tampas	12																																																							
	14	Geladeira Frost Free Duplex	18																																																							
	15	Máquina de lavar e secar roupas	12																																																							
	16	Purificador de água	12																																																							
17	Umidificador de ar	3																																																								
18	Ventilador de coluna, 110V .	18																																																								

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

<b>MEIOS USADOS NA PESQUISA</b>	<input type="checkbox"/> Pannel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b>
<b>ESTIMATIVA DE PREÇO</b>	A Estimativa do preço será apresentada posteriormente na pesquisa de preços, considerando que esse Estudo Técnico Preliminar – ETP, não se debruçou em buscas mercadológicas pois a mesma já veio definida (aquisição). Conseqüentemente o recurso já veio destinado, para cada programação anexadas as (seq. 5,6) do presente processo, contemplando os itens apresentados no documento de Formalização de Demanda – DFD.
<b>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Perda de escala. <input type="checkbox"/> Não. <b>Por quê?</b> <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da <input type="checkbox"/> Outro. competitividade. <b>Especificar: (Indicar o motivo).</b>
<b>ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO</b>	
<b>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CON- TRATAÇÕES ANUAL?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar item do PCA: nn.</b> <input checked="" type="checkbox"/> Não. <b>Providências: A SEASTER não tem Plano de Contratações anual - PCA</b>
<b>PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>	
<b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Observar o que está disposto nas Portarias MDS nº 886/ 2023; nº 124/2017; nº 580/ 2020; n.º 113/2015; Portaria SRI nº 105/2023; resoluções CNAS nº 145/ 2004; nº109/2009.
<b>CONCLUSÃO</b>	
<b>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ANEXO III  
MINUTA DO CONTRATO Nº ...../2024 – SEASTER  
PAE nº 2024/308651

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER

CNPJ nº 08.995.816/0001-04.



CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Aquisição de Eletrodomésticos, conforme o Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024).



ENTREGA

*Forma* Em parcela única.

*Prazo* 30 dias corridos após a emissão da nota de empenho.

*Local* Av. Gov. José Malcher, 1018, bairro de Nazaré, cidade de Belém Pará. CEP:66055-260.

VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXXX.

REAJUSTE (NÃO HAVERÁ)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

**PAGAMENTO**

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



**FISCALIZAÇÃO**

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº **xxx.xxx.xxx-xx**, matrícula nº nmn, lotado no [inserir setor].



**VIGÊNCIA**

*Prazo* **12 (doze) meses**.

*Início* **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

*Fim* **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

---

## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1

---

Partes

Este contrato tem como PARTES:



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**CONTRATANTE** ESTADO DO PARÁ, por intermédio de **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER**, CNPJ nº 08.995.816/0001-04, com sede na Av. Gov. Jose Malcher, 1018, Nazaré, Belém/PA, neste ato representado pelo Sr. Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Sr. Inocencio Renato Gasparim.

**CONTRATADO** **NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA**, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [**NOME DO REPRESENTANTE DA PJ**], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

## CLÁUSULA 2

### Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa, constante no PAE nº aaaa/nnnn** e é regido pela Lei Federal nº 14.133/2,1 Decreto Estadual nº 2.940/23, Decreto Estadual nº 3.037/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas

## CLÁUSULA 3

### Objeto

**3.1** O objeto da contratação é a **aquisição de Eletrodomésticos**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

	Total
	R\$ 0,00
	R\$ 0,00
	R\$ 0,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

R\$ 0,00

R\$ 0,00

**CLÁUSULA 4**

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA 5**

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

**CLÁUSULA 6**

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **[inserir ano da contratação]**, na classificação abaixo:

<b>Ges- tão/Unid ade</b>	<u>XXXXXX</u>
<b>Fonte</b>	<u>XXXXXXXXXX</u>
<b>Programa de Traba- lho</b>	<u>XXXXXXXXXX</u>
<b>Elemento de Des- pesa</b>	<u>XXXXXXXXXX</u>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

<b>Plano In- terno</b>	XXXXXXXXXX.
----------------------------	-------------

**CLÁUSULA 7**

---

Reajuste

7.1 Não será concedido reajuste no presente Contrato.

**CLÁUSULA 8**

---

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em até **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

<b>Banco</b>	Banpará.
<b>Agên- cia</b>	XXXX-X.
<b>Conta</b>	XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

## **CLÁUSULA 9**

---

Garantia de cumprimento contratual

**9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

## **CLÁUSULA 10**

---

Obrigações das partes

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

**10.2** O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.
- p.** **Permitir o livre acesso dos servidores da SEASTER, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.**
- q.** Em observância à Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 20158, e à Portaria SNAS nº 124/2017, de 29 de junho de 20179, as versões originais dos documentos comprobatórios relativos à execução dos recursos oriundos do FNAS serão mantidos arquivados em boa ordem e conservação, devidamente identificados e à disposição da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e dos órgãos de controle interno e externo, no prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar do ano de aprovação das contas, com cópia de segurança em ambiente diverso de onde se encontram os originais, observando o regramento de prestação de contas constante na legislação aplicável.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**CLÁUSULA 11**

---

Responsabilidade por danos

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

**11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA 12**

---

Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
i. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	<p style="text-align: center;"><b>Advertência*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Impedimento de licitar e contratar</i>”.</p>
ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. iii. Dar causa à inexecução total do contrato.	<p style="text-align: center;"><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- l. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- l. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- l. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

- l. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- l. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- l. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- l. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

**Multa**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

*Moratória*

- a. **1% (um por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** (inserir o número de dias).
- b. **0,5% (meio por cento)** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

*Compensatória*

**30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA 13**

---

#### Alterações do contrato

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA 14**

---

#### Extinção do contrato

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

**CLÁUSULA 15**

---

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA 16**

---

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA 17**

---

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

**CLÁUSULA 18**

---

Divulgação e publicação

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA 19**

---

Vigência

**19.1** O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **dd/mm/aaaa** e término em **dd/mm/aaaa**.

**CLÁUSULA 20**

---

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), XXXXXXXXXXXX

**NOME DO TITULAR**

Cargo  
*Contratante*

**NOME DO CONTRATADO**

Nome do representante, se não for PF  
*Contratado*

**NOME DA TESTEMUNHA**

**NOME DA TESTEMUNHA**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

*Testemunha*

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

*Testemunha*